

## Missão da CEE na RPM

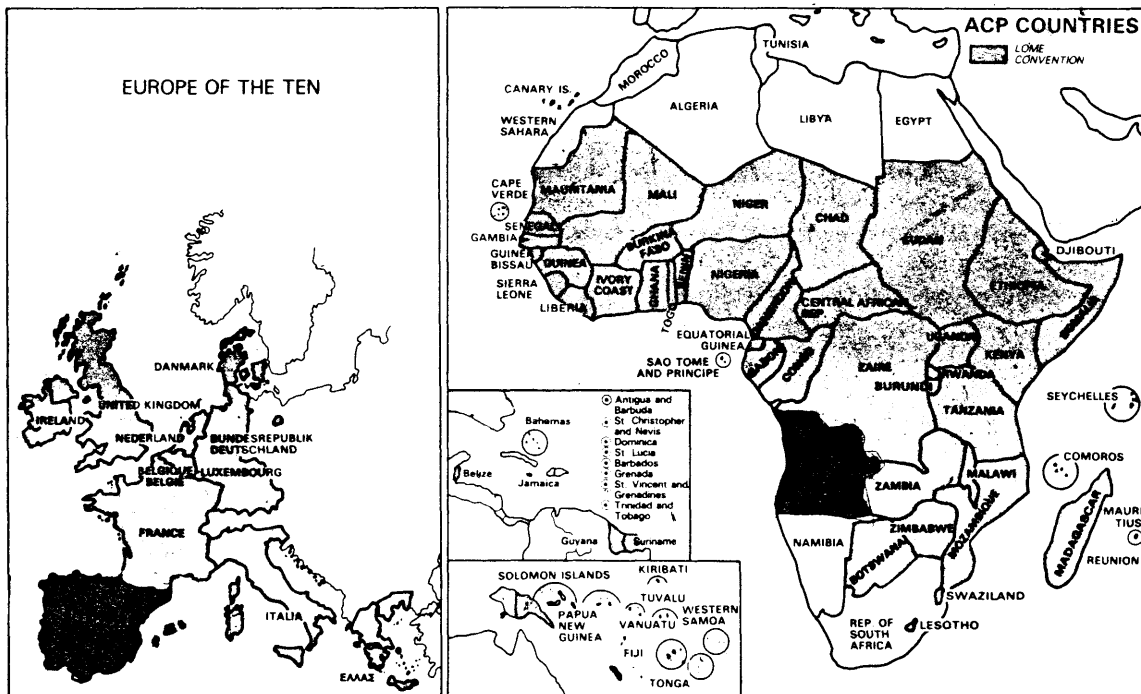
# A cordialidade do arranque numa cooperação que se quer sólida

Texto de Joaquim Salvador ● Fotos de Naíta Ussene

Num ambiente cordial decorreram na semana transacta em Maputo conversações entre uma missão de alto nível da Comunidade Económica Europeia (CEE) e uma delegação do nosso país.

Centradas em discussões sobre a definição do programa indicativo para os próximos cinco anos,

as conversações situam-se no âmbito da recente adesão do nosso país à Convenção de Lomé III a qual integra 66 países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e 12 países da Comunidade Económica Europeia (CEE), recentemente alargada à Espanha e Portugal.



A Europa dos «doze» (CEE) e os «66» da ACP

A adesão de Moçambique à Convenção de Lomé III foi precedida de discussões a nível interno sobre as vantagens e desvantagens que o nosso país tem na cooperação com esta entidade económica internacional.

Hoje, com a adesão de Moçambique e Angola a Lomé III, todos os países da África chamada negra ou subsahariana subscreveram a Convenção dando-lhe um peso específico positivo no relacionamento entre os países industrializados e os subdesenvolvidos, num diálogo que se pretende frutífero.

Diálogo que, nos trabalhos decorrentes de toda a preparação das novas convenções, se adivinha cheio de dificuldades e problemas porquanto as necessidades e os programas e exigências dos países subdesenvolvidos não encontram, por vezes, o cco necessário de uma CEE industrializada.

Os países da ACP têm repetidamente apontado como factores menos positivos do seu relacionamento com os seus parceiros da CEE o facto destes nem sempre consignarem uma maior comparticipação de risco em

investimentos de longo prazo, preferindo remeter para as suas empresas privadas esse papel ou mesmo nos montantes monetários a atribuir, por exemplo, ao mecanismo conhecido pela sigla STABEX, regulador das receitas de exportação de um dado produto listado, quando aquelas tenham uma quebra para aquém das médias estabelecidas num critério determinado.

Por exemplo, no caso concreto de Moçambique, uma das ideias que, em nosso entender, deveria ser tomada em linha de conta particular seria o facto de, desde a Independência, o país não ter tido a estabilidade necessária para fazer valer os seus programas económicos.

Realmente, desde as sanções contra a antiga Rodésia de Ian Smith até às agressões directas sul-africanas e à desestabilização provocada pelos bandidos armados dirigidos por Pretória, Moçambique ainda não encontrou a paz.

Disso se ressentiu a nossa economia, como ainda de todos os factores conjunturais que afectam a economia

mundial desde 1973. Ora este foi o ano anterior à queda do regime fascista português e aquele que deveria ser um dos principais indicadores das reais capacidades produtivas do país.

Mesmo que dentro da Convenção se assista ao facto de as médias para tais efeitos serem tomadas com base em alguns dos anos precedentes à adesão não se deveria nunca ignorar este ano de base em relação ao qual todos os indicadores da economia nacional são igualmente tomados. Por outro lado e como já referimos em edição anterior («Tempo» n.º 800), o ano de 1985 é o pior ano económico pós-independência o que deverá afectar toda a análise sobre as potencialidades do país e a própria situação real da nossa economia.

Contudo e conforme salientou o director-geral para o Desenvolvimento da Comissão da CEE, Dieter Frisch, há uma sensibilidade particular para os problemas específicos desta área do nosso Continente em especial para aqueles que a República Popular de Moçambique enfrenta, nomeada-



*Dieter Frisch, acompanhado pela sua delegação visita, em Maputo as instalações da FASOL-SABOREL*

mente a desestabilização e as dificuldades que dela derivam.

## O QUE ESTA EM CURSO

A CEE já desde o ano passado que tem vindo a ser sensível à questão da fome no nosso Continente. Elucidativo do facto é que, em Dezembro de 1984, os Chefes de Estado dos países membros adoptaram o que ficou a ser conhecido como «Plano de Dublin» de luta contra a fome em África.

Dentro deste plano e no que concerne ao nosso país foram decididos planos de emergência para as províncias de Gaza, Inhambane, Tete e Zambézia num valor total de 4,5 milhões de ECU.

Neste âmbito foram fornecidos produtos de primeira necessidade à RPM dentre os quais se destaca a entrega em 1985 de cerea de 10 000 toneladas de farinha de milho. Dentro e fora do «Plano de Dublin» os programas de abastecimento de cereais a Moçambique (uma das prioridades africanas da CEE em termos de ajuda alimentar) foi em 1985 de mais de 118 mil toneladas de cereais, das quais 61 810 da Comissão da CEE e 56 600 dos seus Estados membros.

Fora estes programas de ajuda alimentar outros existem denominados programas de emergência que respondem a situações particularmente críticas em zonas determinadas do nosso país, por vezes apoiadas por organizações não-governamentais (ONG's) e que prevêm a distribuição gratuita de alimentos, sementes e outros bens de primeira necessidade às populações afectadas. De realce particular



*Rui Baltazar, Ministro das Finanças do nosso País, assina a Convenção de Lomé III tornando-se Moçambique o 65.º país a aderir*

neste âmbito é o chamado «programa de Vilanculo», distrito da Província de Inhambane particularmente afectado pela seca e pela acção dos bandidos armados.

## PROGRAMA DA DELEGAÇÃO VISITANTE

As negociações entre a delegação visitante e a do nosso país decorreram, como o sublinhámos anteriormente em ambiente aberto e fraterno. Presidia a missão de alto nível da CEE o Sr. Dieter Frisch (que concedeu uma entrevista à informação moçambicana e que apresentamos noutra local deste apontamento) acompanhado pelos senhores Giovanni Livi, Wilhelmus Blonk, Paolo Logli e ain-

da do Banco Europeu de Investimentos, os senhores Martin Curwen e Michael Nevin, para além do delegado para a RPM, António Marongiu. Pela parte moçambicana, para além de quadros qualificados de vários ministérios, chefiava a nossa delegação o Ministro do Comércio Externo, Joaquim Carvalho, participando ainda o Secretário de Estado da Hidráulica Agrícola, Rui Gonzalez, e a nossa embaixatriz junto da CEE em Bruxelas, Frances Rodrigues.

Uma visita às instalações da Fasel-Saborel (fábricas produtoras de óleos e sabões na capital do país) e uma deslocação à cidade da Beira, onde está instalado o gabinete do «corredor da Beira», recentemente criado para viabilizar todo o sistema de transportes e comunicações nacional e regional da zona, fizeram parte do programa de visitas da distinta delegação visitante, sempre acompanhada pela embaixatriz Frances Rodrigues.

Contactos com membros do Governo moçambicano dentre os quais se destacam os realizados com os Ministros do Comércio Externo, da Presidência para os Assuntos Económicos, da Educação e o Ministro do Plano substituído precederam a assinatura do documento entre ambas as partes efectivado na tarde da passada sexta-feira.

A delegação visitante partiu de Maputo ao princípio da noite do passado sábado, dia 8, formalizado que estava este primeiro contacto após a adesão da RPM à Convenção de Lomé III e estabelecido o programa indicativo para o próximo quinquénio. □